



Ecoss de um Passado presente: o Interesse Nacional durante a República no Brasil

Echoes of a Past ever present: National Interest in Brazilian's Republic

Ecoss de un Pasado presente: el Interés Nacional de la República en Brasil

Luiz Fernando Horta

Resumo:

A análise dos discursos dos presidentes do Brasil durante a República revela que o que se denomina "interesse nacional" no Brasil é oriundo das teorias de Auguste Comte, ainda no século XIX. A formação da República no Brasil foi influenciada diretamente pelas ideias comtianas através do estamento militar. Mesmo as revoluções de 1930 e o golpe de 1964, que teriam modificado a estrutura do Estado brasileira, também foram profundamente influenciados pelo Positivismo comtiano. Neste sentido, o conceito de "interesse nacional" no Brasil não é democraticamente estabelecido e revela-se como um constrangimento aos espaços decisórios de presidentes de todos os espectros políticos. O "interesse nacional" de base comtiana, conforme aqui definido, é base para tomadores de decisão, políticos e a burocracia nacional do Brasil até os dias de hoje.

Interesse Nacional – Augusto Comte – História do Brasil Republica – Governança internacional - discursos

Abstract

The analysis of the Brazilian president's speeches during the Republic reveals that what is called "national interest" in Brazil comes from the theories of Auguste Comte, in the nineteenth century. The formation of the Republic in Brazil was influenced directly by Comte's ideas through the military establishment. Even the revolutions of 1930 and the 1964 coup, which would have changed the structure of the Brazilian state, were also deeply influenced by Comtean Positivism. In this sense, the concept of "national interest" in Brazil is not democratically established and is revealed as a constraint to decision-making and to the presidents of all political spectra. The "national interest" of Comte's base, as defined herein, is the basis for decision-makers, politicians and the national bureaucracy of Brazil until today.

National interest - Auguste Comte - History of Brazil Republic - International Governance - speeches

Resumo:

El análisis de los discursos de los presidentes de Brasil, durante la República, revela que lo que se llama "interés nacional" en Brasil se deriva directamente de las teorías de Auguste Comte, en el siglo XIX. La formación de la República de Brasil fue influenciado por las ideas comtianas através



de la institución militar. Incluso las revoluciones de 1930 y el golpe de 1964, que habría cambiado la estructura del estado brasileño, también fueron profundamente influenciados por el positivismo de Comte. En este sentido, el concepto de "interés nacional" en Brasil no está democráticamente establecido y se revela como una limitación para la toma de decisiones y los espacios de actuación presidentes de todos los espectros políticos. El "interés nacional" de características comtianas, tal como se define en el presente documento, es la base para los tomadores de decisiones, los políticos y la burocracia nacional de Brasil hasta hoy.

Nacional de interés - Auguste Comte - Historia de Brasil República - Gobernanza Internacional – discursos

Luiz Fernando Castelo Branco Rebello Horta, historiador pela UFRGS, mestre em História das Relações Internacionais e doutorando em História das Relações Internacionais no IREL/UnB. Tem interesse em História e Política contemporânea, teoria do conhecimento, teoria da história e teoria de relações internacionais.

Contato: fernandohorta@unb.br; 061 996892177

Ecoss de um Passado presente: o Interesse Nacional durante a República no Brasil

Introdução: *Res publica*?

Muito se tem escrito sobre o papel das instituições dentro do processo de formação do Brasil. Seja na Monarquia ou no Império, a História sublinha a pouca participação das camadas mais populares nos processos de criação e manutenção das instituições que deveriam, teoricamente, representar estes mesmos grupos. Ainda que, no século XIX, se aceite a tese de que em lugar algum do mundo existia uma democracia participativa e em poucos lugares um processo ainda muito tenro de representação, impressiona o fato de que o “gap de representação” no caso brasileiro tenha se dilatado por tanto tempo dentro do período republicano.

De fato, mesmo assumindo a polissemia do termo “democracia”, especialmente no pós-Segunda Guerra, houve um ganho evidente em termos de democratização das instituições nos países capitalistas ocidentais. Dentro das grandes metas do século XX estava, com certeza, uma ideia de democracia, ainda que mal delimitada. Desde a criação da ONU até o fim da antiga URSS foram celebradas como eventos que teriam o condão de melhorar a responsividade dos governos aos interesses do cidadão. Em maior ou menor grau, o desenvolvimento material e social dos países



ocidentais no século XX foi acompanhado por ganhos tanto de representatividade (como o voto feminino) quanto de participação (a presença cada vez mais consistente de Organizações não governamentais em processos decisórios).

O Brasil, entretanto, não parece acompanhar este mesmo movimento. Todo projeto de aumento da accountability ou da representatividade que é proposto recebe uma intensa oposição de setores políticos e burocráticos. O caso do decreto 8243 de 23 de maio de 2014 é um exemplo muito evidente do distanciamento que as instituições brasileiras apresentam da sociedade. A tentativa de criação de conselhos consultivos, eleitos através de movimentos sociais para serem parceiros nos processos de planejamento das políticas de governo, foi entendido pelas instituições brasileiras como uma afronta aos seus direitos e às suas funções.

Dentro da História da República do Brasil um termo parece perspassar o tempo: o interesse nacional. Sempre, em momentos de crise, em rupturas ou mesmo como valor empírico nos processos decisórios o conceito de “interesse nacional” é evocado. Estas duas situações formam um conjunto não harmônico. Se temos instituições claramente elitistas, e se temos uma formação de Estado excludente, de onde efetivamente surge o “interesse nacional”? Quem o delimita? Como ele é especificado? Que sentido ele tem na República?

Este texto pretende delimitar o “interesse nacional” brasileiro ao longo da República, de 1889 até os dias de hoje. Tal conceito, apesar de essencial para as tomadas de decisão internas e externas é muito pouco analisado e quase sempre assumido como dado. Pois é precisamente este interesse que aqui se busca problematizar, buscando entender como o “interesse nacional” é construído dentro da História e qual o efeito dele para a política e para a sociedade.

Ainda que à revelia dos autores, toda narrativa é um produto sócio-histórico. Elas guardam, assim como as obras de arte, um duplo processo de autoria. Se por um lado são autores seus escritores imediatos, por outro não se pode esquecer que elas têm também como autoria a sociedade na qual estão inseridas. São, portanto, históricas. Desta forma, mesmo produzidas com um determinado rigor metodológico, as narrativas não estão descoladas de seu tempo e espaço e demonstram, também, características, condicionamentos, pressuposições ou mesmo relações conceituais e semânticas que podem (e devem) ser usadas como forma de compreensão das ideias que



permeavam o pensamento dos homens. Nos interessa aqui menos estudar as práticas humanas de “nomear coisas” do que a interação destes homens com as coisas nomeadas.

Assim, é significativo que em uma obra clássica sobre “História do Brasil”, de Boris Fausto, o termo “interesse nacional” apareça uma única vez citado (FAUSTO, 2002, p. 153) e em outra obra clássica “História da Política Exterior do Brasil”, de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (CERVO e BUENO, 2008), o termo apareça 33 vezes incluindo menções nos títulos de capítulos¹. Poderia ser argumentado que são obras de áreas diferentes e, portanto, com objetivos diferentes. Entretanto, tal visão não prospera no todo, pois a “História das Relações Internacionais” é, antes de mais nada também “História” e ambas tratam de questões como poder, política e etc. É correto afirmar, contudo, que ambas as obras têm sim objetivos diferentes.

Argumenta-se aqui que, usando um instrumental teórico específico, introjetado na imensa maioria dos operadores e pensadores da política brasileira, cria-se uma generalização indevida² de um “interesse nacional”. Esta generalização, ao mesmo tempo que facilita o trabalho das burocracias tomadoras de decisão em legitimarem-se, emudece as disputas sociais em torno da definição do que seria efetivamente “interesse” e em que bases seria definido. Historicamente, mostra-se que tal conceito é construído durante a história da República brasileira trazendo como corolário ser balizado pelo pensamento do mundo no século XIX.

Auguste Comte e o Estado

Auguste Comte não concebia a Política como concebemos hoje. O filósofo francês, nascido no apagar das luzes do século XVIII foi criado em meio à agitação política da França no século XIX e isto marcou profundamente as suas ideias. Além dos desdobramentos da Revolução Francesa, Comte – assim como a ciência do século XIX (WHITE, 1992, p. 161-183) – seria influenciado pela preponderância do Estado-Nacional dentro da questão política e pela ideia-força do evolucionismo.

¹ Podemos fazer o mesmo exercício para outras obras consideradas referências pela academia como “Os Donos do Poder” de Raymundo Faoro (FAORO, 2001) o termo não aparece nenhuma vez; em “de Getúlio a Castelo” de Thomas Skidmore aparece apenas uma vez (SKIDMORE, 2007, p. 435) e em “de Castelo a Tancredo” do mesmo autor novamente apenas uma vez (SKIDMORE, 1994, p. 433)). Em “Brasil: a formação do Estado e da Nação”, organizado por István Jancsó, o termo é citado duas vezes (JANCSÓ, 2003, p. 63, 379) e. Em um pequeno livro de 81 páginas, Letícia Pinheiro (PINHEIRO, 2004) usa o termo quatro vezes. Em outro livro, de mais fôlego, em que a mesma professora é organizadora o termo aparece 13 vezes (PINHEIRO e MILANI, 2011).

² Letícia Pinheiro afirma algo semelhante, porém com efeitos para a própria Análise de Política Externa. (PINHEIRO e MILANI, 2011, p. 13-28)



Embora a obra de Darwin seja de 1859, as “Teorias do progresso” já estavam sendo discutidas desde o início do século (BOCK, 1980), de tal sorte se pode ver um lastro comum entre pensadores tão distanciados, dentro do século XIX, como Spencer, Comte e Marx, por exemplo. Todos foram evolucionistas.

A Teoria dos Três Estados de Comte é a aplicação dos princípios evolucionistas a todas as esferas do pensar humano, uma vez que Comte se propõe a explicar a História do pensamento do homem (COMTE, 1978, p. 28) antes mesmo de propor o seu novo método, que ele chamou de “Positivo”. O Homem enquanto ente histórico, o homem enquanto ser social, seu pensamento, suas instituições, sua materialidade tudo, enfim, obedeceria ao processo evolutivo de ser inicialmente parte do Estado Teológico (em que as causas, os fenômenos e todas as construções intelectuais reconheciam a existência, a atividade e interferência de Deuses), em seguida passar ao Estado Metafísico (em que o pensamento definia “forças” que agiam para a configurações dos fenômenos como tais) até se chegar ao Estado Positivo (em que o método filosófico seria capaz de definir as relações de causa e consequência e prever o resultados de todos os fenômenos).

Podemos, pois, finalmente considerar o estado metafísico como uma espécie de doença crônica, naturalmente inerente à nossa evolução mental, individual ou coletiva, entre a infância e a virilidade. (COMTE, 1978, p. 47)

De fato, os escritos de Comte são bastante amplos construindo, como era desejo seu mesmo, toda uma nova forma de conhecimento, distanciada igualmente do “empirismo” e do “misticismo” (COMTE, 1978, p. 49). Sociologia foi o nome que o filósofo francês deu para a disciplina que teria por função estudar todos os fenômenos humanos dentro de uma sociedade (englobaria desde economia até psicologia) e tal conhecimento estaria, quando interpretado pelo Estado Positivo, sujeito às leis de explicação, da mesma forma como estavam a astronomia ou a química³ (COMTE, 1978, p. 6). O termo sociologia já foi uma mudança uma vez que originalmente Comte chamou este grupo de conhecimentos de “física social” (COMTE, 1978, p. 8).

³ Em realidade Comte nomeia cinco ciências fundamentais das quais todas as outras emergiriam: Astronomia, Física, Química, Fisiologia e Física social, mais tarde nomeada por ele Sociologia. (COMTE, 1978, p. 32)



Assim, o verdadeiro espírito positivo consiste sobretudo em *ver para prever*, em estudar o que é, a fim de concluir disso o que será, segundo o dogma geral da invariabilidade das leis naturais. (grifos do original) (COMTE, 1978, p. 49)

Não é objetivo deste trabalho analisar a epistemologia comtiana, tampouco estabelecer qualquer crítica aos seus escritos. Interessa aqui delimitar a noção que Comte estabeleceu de uma sociedade positiva. Uma sociedade que seria o apogeu das sociedades humanas uma vez que seria composta por homens com pensamento moderno sobre a filosofia, o pensamento positivista. Comte fazia distinção entre a parte “estática” e “dinâmica” da sua sociologia, sendo a primeira o estudo das instituições, regras, leis, posturas e etc., e a segunda o estudo dos processos pelos quais a sociedade se transformaria.

Para ser justo com o autor, precisamos delimitar quais eram os espaços que Comte nomeava dentro de sua sociologia estática (LACERDA, 2004) para o governo, os grupos sociais e como eles se articulavam. No Brasil, a literatura histórica dá conta do florescimento do pensamento positivista na segunda metade do século XIX através dos estudos na Escola Militar do Rio de Janeiro.

Em 1876 fundou-se a primeira sociedade positivista do Brasil, tendo à frente Teixeira Mendes, Miguel Lemos e Benjamin Constant. (COMTE, 1978, p. XV)

No Brasil, tal qual nos escritos de Comte (COMTE, 1978, p. 16), os positivistas entendiam que era seu dever retirar o país do “estado de crise” que ele se encontrava com a erosão da monarquia brasileira e é consenso a importância do positivismo dentro da crise final do império e o golpe da república. Para Comte todo período de transição, até que “as inteligências individuais” aderissem ao Positivismo deveria ser considerado como um problema. Este permanente estado revolucionário construiria apenas instituições “provisórias” até que se pudesse adentrar no Estado Positivo (COMTE, 1978, p. 17). Em realidade o Positivismo julgava-se muito mais preparado para compreender os fenômenos sociais do que qualquer outra forma de pensamento, construindo assim, de imediato, uma “elite de conhecedores” que satisfariam, simultaneamente, as exigências sociais de “ordem e progresso”.

Ora, é evidente que, sob este aspecto fundamental, a filosofia positiva comporta, necessariamente, entre os espíritos preparados, uma aptidão muito superior àquela que alguma vez pôde oferecer a filosofia teológico-metafísica. (COMTE, 1978, p. 51)



Comte deixa claro que o Positivismo é o ponto de chegada da humanidade após um longo esforço de revolucionar-se. Neste sentido, aqueles que já possuíssem o conhecimento pelo método positivo, constituiriam um grupo naturalmente melhor qualificado a compreender e gerir a sociedade. É preciso que se diga que no momento da criação de Comte, a França revolucionava o mundo com o conceito de República e não propriamente de Democracia. A filosofia Comtiana entende que a imensa maioria da população ainda se encontra nos dois estados primeiros (teológico e metafísico) e, por isto mesmo, seriam incapazes de compreender realmente a realidade que os cerca.

Embora, claramente, Comte estabeleça uma lei de formação para a sua “elite” através do princípio da iluminação segundo o método positivo. As mudanças sociais que o filósofo experimentava levaram-no a acreditar que a industrialização já era em si o resultado de um entendimento superior da sociedade. Nesse ponto Comte afirma que “Fazendo prevalecer cada vez mais a vida industrial, a sociabilidade moderna deve, pois, poderosamente secundar a grande revolução mental, que hoje eleva definitivamente nossa inteligência do regime teológico ao regime positivo” (COMTE, 1978, p. 56).

Para Comte, o progresso material era indissociável de um discernimento intelectual positivo a respeito do mundo, e ambos seriam alcançados de forma conjunta quando o “espírito positivo” chegasse a sua “maturidade”. Uma das funções essenciais do Positivismo seria “organizar” a sociedade para atingir esta “maturidade”, que se daria através (e concomitantemente ao) do “progresso material”. Este processo iniciaria um “vasto movimento orgânico” cujo objetivo era a “regeneração social” para superar os cinco últimos séculos de pensamento negativo (COMTE, 1978, p. 65).

Neste processo de mudança, que Comte entende por um estado de Revolução, os homens experimentam seus medos do que se transformará a sociedade essencialmente em função de sua incapacidade de previsão e do medo que as sociedades desenvolvem da anarquia.

Do mesmo modo, as tentativas de aceleração direta da progressão política não tardam em ser radicalmente entravadas pelas inquietudes muito legítimas, suscitadas pela iminência da anarquia, enquanto as ideias de progresso permanecem sobretudo negativas (COMTE, 1978, p. 66)



As transformações, no entanto, eram entendidas como inerentes à sociedade através da “marcha prescrita pela natureza”. A função do Positivismo (e dos líderes positivistas) era “ajudar a transformar uma estéril agitação política numa ativa progressão filosófica” (COMTE, 1978, p. 67). Tendo vivido o final do processo de revolução na França, Comte tinha aversão aos movimentos que pudessem sugerir rupturas caóticas e tentava a todo momento afirmar que a ordem é condição necessária para o desenvolvimento positivo de qualquer transformação. Estas ideias colocam Comte em posicionamento oposto a pensadores como Charles Fourier e mesmo Karl Marx. Os interesses sociais divergentes tenderiam a construir um ambiente caótico que não permitiria o desenvolvimento das forças produtivas. Falando sobre estes pensamentos Comte afirma:

Esta é a feliz eficácia prática que o conjunto de nossa situação revolucionária traz momentaneamente a uma escola essencialmente empírica que, sob aspecto teórico, nunca pode produzir mais do que um sistema radicalmente contraditório, não menos absurdo e perigoso, em política, do que, na filosofia, o ecletismo correspondente também inspirado pela vã intenção de conciliar, sem princípios próprios, opiniões incompatíveis. (COMTE, 1978, p. 67)

Tomando-se a palavra de Comte, é possível perceber que nada em seu discurso se aproxima da ideia de Democracia contemporânea. O sentido subjacente é de que somente se pode “conciliar” “opiniões incompatíveis” através de um processo com “princípios próprios”, ou seja, um processo de “gestão política” que tenha por função dirimir os conflitos sociais através da “solidariedade contínua das ideias de ordem e de progresso” (COMTE, 1978, p. 68).

Estendida [a marcha contínua dos conhecimentos positivos] em seguida à evolução industrial e mesmo estética, mas permanecendo ainda muito confusa no domínio do movimento social, tende hoje vagamente para uma sistematização decisiva, que só pode emanar do espírito positivo que, por fim, se generalizou convenientemente. (COMTE, 1978, p. 69)

O “interesse” nacional positivo, portanto, seria alcançar o último estágio de desenvolvimento intelectual concomitantemente com o material, através de um processo de gerenciamento cujo vetor essencial é a ordem. A sociedade é entendida como um todo orgânico em cujo interior não devem ocorrer distúrbios. Todo pensamento contrário a isto é considerado inferior e atrasado e não merece espaço em função de seu “óbvio atraso”. A questão de divergências sociais é, assim, uma questão



reduzida à dicotomia “certo ou errado” e estabelecido que o “errado” é, além de tudo, atrasado intelectualmente.

As utopias subversivas que hoje parecem ter crédito, seja contra a propriedade, seja quanto à família, etc. quase nunca saíram de inteligências plenamente emancipadas, nem foram acolhidas por elas, a despeito de suas lacunas fundamentais; foram-no, aliás, por aquelas que perseguiam ativamente uma espécie de restauração teológica, fundada sobre um vago e estéril deísmo, ou sobre um protestantismo equivalente. (COMTE, 1978, p. 72)

Assim, cada grupo social tem seu dever para com o todo dentro do processo de “progresso”. Não se trata, pois, de exaltar divergências ou reconhecer interesses antagônicos mas entender que, à luz da filosofia positiva, todo conflito social é fruto de mentes ainda não “emancipadas” que estão atreladas aos estágios teológicos ou metafísicos. Nesta senda os problemas que a Europa passava no final do século XIX (as discussões entre capital e trabalho) eram fruto de uma má compreensão da sociedade que só poderiam ser sanados através do Positivismo.

Os proletários necessitaram outrora estar sob o domínio profundo da teologia, notadamente católica; durante sua emancipação mental, a metafísica apenas pôde infiltrar-se neles, por não encontrar uma cultura especial em que repousasse; somente a filosofia positiva poderá de novo toma-los radicalmente. (COMTE, 1978, p. 82)

Desde que a ação real da Humanidade sobre o mundo exterior começou com os modernos a organizar-se espontaneamente, ela exige a combinação contínua de duas classes distintas, muito desiguais em número, mas igualmente indispensáveis: de uma parte os empreendedores propriamente ditos, sempre pouco numerosos, que, possuindo diversos materiais convenientes, mais o dinheiro e o crédito, dirigem o conjunto de cada operação, assumindo, pois, a principal responsabilidade de quaisquer resultados; de outra, os operadores diretos, visando a um salário periódico e formando a imensa maioria dos trabalhadores, que executam, numa espécie de intenção abstrata, cada um dos atos elementares, sem especialmente preocupar-se com seu concurso final. (COMTE, 1978, p. 82)

Neste todo orgânico que é a sociedade comtiana, apenas os que possuem o método positivo como parte de sua formação são capazes de entender o que está acontecendo e definir os caminhos futuros. Para que qualquer sociedade possa efetivamente alcançar os mais altos estágios de desenvolvimento ela precisa ser guiada por um governo cuja matéria intelectual seja positiva:



Desde o início da grande crise moderna, o povo só interveio como simples auxiliar nas principais lutas políticas, com a esperança, sem dúvida, de obter com elas alguma melhoria de sua situação geral, mas não conforme uma óptica e um fim que lhe fossem realmente próprios. (...) Ora, o povo não podia por muito tempo interessar-se diretamente por tais conflitos, porquanto a natureza de nossa civilização impede evidentemente os proletários de esperar e até mesmo desejar alguma participação importante no poder político propriamente dito. (COMTE, 1978, p. 84)

O papel dos grupos menos abastados e mais numerosos é, desta forma, alheio à política. Esta alienação não é fruto de uma “perigosa indiferença”, mas da própria mecânica da sociedade. Comte reconhece que isto é um problema e, enquanto a transição ao Estado positivo não se completa para a maioria do povo, é função do governo defender a cada grupo social os espaços que eles deveriam exercer caso já estivessem no estado positivo. As ações políticas são, portanto, tomadas de decisão com vista ao desenvolvimento da sociedade como um todo e devem ter “moderação imparcial” (COMTE, 1978, p. 87).

Numa palavra, o povo está naturalmente disposto a desejar que a vã e tempestuosa discussão dos direitos seja enfim substituída por uma fecunda e salutar apreciação dos diversos deveres essenciais, quer gerais, quer especiais. (...) Se o povo está agora **e deve permanecer a partir desse momento indiferente à posse direta do poder político**, nunca se pode renunciar à sua indispensável participação contínua no poder moral. (COMTE, 1978, p. 86) (grifou-se)

Para concluir o objetivo desta primeira parte, fica claro que o interesse de uma nação, segundo a lógica positivista reside em um paradigma composto por três grandes noções: em primeiro lugar exige-se o fortalecimento do Estado Nacional com objetivo de ser o gestor da sociedade e mitigar os conflitos sociais. Em segundo lugar, é do interesse nacional o desenvolvimento das “forças materiais”, especialmente a indústria, como base para se alcançar o “progresso”. Em terceiro lugar, é do interesse nacional que cada grupo social saiba o seu espaço e se submeta aos desígnios do governo positivo. Este governo é, pois, fruto de pessoas com maior capacidade que já alcançaram o desenvolvimento pleno de suas condições intelectuais e humanas.

O positivismo se compõe essencialmente duma filosofia e duma política, necessariamente inseparáveis, uma constituindo a base, a outra a meta dum mesmo sistema universal, onde a inteligência e sociabilidade se encontram intimamente combinados. (COMTE, 1978, p. 98)



O interesse da República ou a República de Interesses?

Muito já se argumentou pelo caráter sectário do surgimento da nossa República (FAORO, 2001). Seja se analisarmos o processo de formação republicano e como ele se alimenta dentro da crise da monarquia a partir de 1870, ou se abordarmos quantitativamente os espaços de participação política que os cidadãos tinham à sua disposição na Monarquia e na República, chegaremos a conclusões semelhantes. Curiosamente, em termos de participação política, nossa Monarquia era mais inclusiva do que a República que se formou. José Murilo de Carvalho, por exemplo, mostra que o percentual de eleitores no Brasil cai de cerca de 13% da população livre durante a Monarquia para menos de 1% na República (CARVALHO, 2002, p. 38-40). A historiografia sobre o período ressalta o caráter elitista das transformações que nortearam a virada do século XIX para o século XX e, mais ainda, a República daí formada (CARVALHO, 1987).

Entretanto, mesmo dentro dos grupos sociais que deflagraram o golpe que gerou o Brasil República, havia diferença de interesses. Esta diferença se materializa no primeiro governo do Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891) que culmina com sua renúncia e o término do mandato pelo vice-presidente Floriano Peixoto (1891-1894). Deodoro defendia um projeto de Brasil com governo central forte e um Estado Nacional baseado na ideologia do Positivismo, que era – à época – parte da formação intelectual nos meios militares.

O Positivismo de Auguste Comte estabelecia que o objetivo do Estado era evitar o conflito social (a luta de classes) sendo, portanto, um gerente da sociedade. Esta gerência deveria ser orientada para o desenvolvimento das capacidades produtivas materiais que permitissem uma melhor vida à população⁴. O Positivismo se apresenta como uma das tantas filosofias que estabeleciam o Estado Nacional como a solução para os problemas sociais através da negação de ideologias que pregavam o conflito social como forma de mudança. Enquanto os conflitos entre capital e trabalho⁵ assolavam a Europa na passagem do século XIX para o século XX (especialmente a Inglaterra e França), o

⁴ O programa do Partido Republicano Federal de 1893 diz em seu artigo 4º que o objetivo do governo é “(...) animar a iniciativa individual, restaurando a confiança no capital e no trabalho”, e no artigo 5º completa que “(...) criando concorrentemente o respeito à Lei e o prestígio à autoridade, como as melhores condições de assegurar o progresso e a ordem”.

⁵ Os problemas com relação às classes trabalhadores não ficaram longe do Brasil apesar de não sermos, durante a República Velha, um país em industrialização. Como mostram as grandes greves de 1910 e 1917 no Brasil, era preocupação clara: evitar a entrada de “ideologias” que viessem a conturbar o ambiente brasileiro, e assim se fez através da Lei Adolfo Gordo (Lei 1641 de 07/01/1907) (PESAVENTO, 1994, p. 28-29)



Positivismo surgia com a ideia de que a luta de classes não era, enfim, o motor da História, mas um problema que deveria ser contido pela ação de um governo cujo objetivo maior seria o “desenvolvimento das capacidades materiais” da Nação.

Neste primeiro ponto, o Positivismo não causava clivagens entre os militares que perpetraram o golpe e as elites cafeicultoras, especialmente de São Paulo. O consenso criado em torno da “República” desvanecia-se, porém, quando, para os Positivistas, o ato de governar deveria ficar restrito a um grupo de pessoas que tivessem capacidade para tanto⁶. Para Comte, seriam necessárias capacidades intelectuais próprias (além de uma moral definida) para se exercer o múnus da liderança do Estado. Não é à toa que os Jovens Oficiais que lideraram o golpe pela República tinham uma narrativa anti-oligárquica e se entendiam como os “Salvadores da Pátria”. A eles, por capacidade e estudo, cabia o direito e a condição intelectual de definir os rumos do país, os limites da ação dos grupos sociais, os interesses e objetivos nacionais. Às oligarquias, nada, e ao povo o cuidado paternal de um governante que traduzisse o “interesse nacional”.

Aqui ocorre o primeiro sinal de diferença entre os dois projetos políticos nacionais mais evidentes naquele momento. As elites cafeicultoras não concordavam com este princípio positivista. Para os cafeicultores, o governo não deveria ser centralizado, exercido por um grupo de “iluminados” nem atinente a um interesse que se supunha “nacional” (tomando a Nação como algo amplo). Havia uma indisfarçável rejeição ao paternalismo latente do Positivismo, que lembrava a narrativa imperial de que Pedro II tanto se valera. Além disto, a ideia do “Brasil” cafeicultor era muito menor do que a geografia brasileira, e se a diferença na geração de riquezas era regionalmente tão gritante, então que a cada um coubesse administrar os frutos da sua região.

A divergência entre os projetos de Brasil liderados pelos militares (projeto positivista)⁷ e o liderado pelos cafeicultores tornou-se insustentável, obrigando o fim da República da Espada. Floriano Peixoto percebe a impossibilidade de governar sem o apoio dos cafeicultores e o projeto positivista

⁶ Em verdade nenhum dos dois projetos tinha qualquer traço democrático. Durante a República Velha, por exemplo a Reforma da legislação eleitoral de 15/11/1904 (Lei 1269) dispunha que “os direitos de cidadão brasileiro só se suspendem ou perdem (alínea a) por incapacidade física ou moral” reafirmando que não podem alistar-se como eleitores “Mendigos, analfabetos, praças e religiosos”.

⁷ Em sua Carta-Testamento de junho de 1895, Floriano Peixoto afirma que a República é “obra grandiosa de Benjamim Constant e Deodoro” demonstrando claramente o espaço do positivismo na República. (BONAVIDES e AMARAL, 2002, p. 339)



sucumbe às oligarquias cafeeiras. A República da Espada, assim chamada, é fruto de uma divergência de projetos de Brasil, e encerrava uma diferença de “interesses nacionais”⁸. Quem definia o que seria “interesse nacional” não seria, pois, um líder ou um grupo de políticos capazes para tanto (como primava o Positivismo), mas aqueles que produziam riquezas e, no seu entendimento, sustentavam o país⁹.

É preciso notar que neste momento, o “interesse nacional” sai do campo da “Nação”, entendida como um conceito generalizante, para se ater ao campo do “Estado Nacional” e quem o estivesse controlando¹⁰. O projeto político cafeicultor estabelecia o controle do Estado pelas oligarquias ricas e assim redundava que o interesse nacional era delimitado e estabelecido por quem governasse e para quem o suportasse¹¹. O projeto positivista continuaria apenas no Rio Grande do Sul com Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Getúlio Vargas até 1930 (PESAVENTO, 1998, p. 60).

A Aliança Liberal, força política que promove a Revolução de 30 e encerra o período da República Velha (1889-1930), retoma os princípios positivistas no que tange especialmente ao papel do governo. Reaparecem também uma negação a qualquer valor democrático embora o movimento denuncie o que chamava de “autocracia e absolutismo, com a máscara da República (BONAVIDES e AMARAL, 2002, p. 144) e anuncie defender o “liberalismo e a democracia” (BONAVIDES e AMARAL, 2002, p. 100-103). De fato, o que ocorre, apesar do sempre presente chamamento ao povo e à democracia, é que se tem o controle do Estado pensado novamente para ser exercido por um grupo de capazes que viesse a tutorar o “povo” e seus direitos. Lindolfo Collor em 20 de abril de 1930 afirma categoricamente:

⁸ A carta de 1891 é fruto desta luta ideológica. Em seu artigo 37 o parágrafo 1º dava ao presidente da República a possibilidade de vetar leis que “julgar inconstitucional ou contrário aos interesses da Nação”. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm, acesso em setembro 2016

⁹ Para uma ideia sobre as relações econômicas durante a República Velha em níveis de diferenciação entre o público e o privado ver Saraiva e Maia (MAIA e SARAIVA, 2012)

¹⁰ A historiografia atual demonstra sobejamente a diferença entre “Nação” e “Estado Nacional. Demonstra-se inclusive que é o “estado nacional” que cria a nação e não, como se poderia supor, o contrário (HOBBSAWM, 1990). As formações de identidade nacional acabam por criar regras de inclusão e exclusão baseadas numa noção anterior de Estado. Assim, a partir da República Velha brasileira o “interesse nacional” não diz respeito à “nação”, mas ao construto político burocrático do “Estado Nacional” (ANDERSON, 1993).

¹¹ Nos dizeres de Lindolfo Collor em discurso em 1930 “É a posse do dinheiro o único estalão diferencial na sociedade”. (BONAVIDES e AMARAL, 2002, p. 138)



“Os nossos candidatos aos supremos postos da República, os Drs Getúlio Dorneles Vargas e João Pessoa, amplamente consagrados já pelo julgamento insuspeito do país, e cujos nomes acabam de ser aclamados por esta convenção, devem assumir o compromisso, perante a consciência do Brasil, de que serão dignos dos sagrados motivos morais e cívico que lhes conferiram e impuseram tamanhas e tão gloriosas responsabilidades, na reivindicação dos direitos postergados e conculcados da nação” (BONAVIDES e AMARAL, 2002, p. 149)

e, apesar de afirmar que “(...) é a oligarquia, é a doença mais grave da República” (BONAVIDES e AMARAL, 2002, p. 152), o que se observa após a chegada de Vargas ao poder, é o controle ainda mais restrito das funções de Estado por um grupo de “capazes”, conforme preconizado pelo Positivismo. Tal fato passa a ser bandeira dos Revolucionários paulistas de 1932: “Acredite o povo brasileiro que S. Paulo não luta por interesses próprios, mas pelo interesse de todo o Brasil. Foi pela grandeza da Pátria comum, num regime de liberdade jurídica que ele saiu a campo” (BONAVIDES e AMARAL, 2002, p. 545-546)

A constituição de 1934 coloca o interesse público acima do interesse privado (resguardadas indenizações) no que tange à indústria ou atividade econômica (artigo 116), estabelecendo a condição para que o Estado viesse a ter um papel preponderante no crescimento das forças produtivas no Brasil, especialmente no que tange à industrialização. A mesma constituição estabelecia a posição de gerente das do Estado: “Art 121 – A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do país”¹². A definição da atuação do Estado como uma mescla entre proteção ao trabalhador e aos “interesses econômicos” demonstra as continuidades do pensamento de Auguste Comte.

É verdade, porém, que Vargas, criado dentro da tradição positivista¹³, abandona esta postura no seu último período como líder do executivo. Na proclamação de instauração do Estado Novo, lida

¹² Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm, acesso em setembro 2016

¹³ Afora ter Vargas ter surgido para o cenário político dentro dos princípios do positivismo gaúcho, ele mesmo expressa sua lealdade a tais balizamentos. Em telegrama a Borges de Medeiros, então chefe do executivo gaúcho, Vargas, ainda como deputado na República Velha, pergunta: “Dr. Borges de Medeiros (...) consulto V.Exa sobre conduta a seguir, isto é, se devo continuar acompanhando reuniões Catete, sem publicar telegrama, para evitar se extremem opiniões e comentários imprensa, defendendo pontos de vista V.Exa à medida que forem sendo apresentadas emendas à consideração dos líderes (...)” (D'ARAUJO, 2011, p. 228)



em 10 de novembro de 1937, Vargas refere-se ao “interesse coletivo”, “interesses da comunidade”, “o interesse geral”, “interesses nacionais”, “interesse público” para ancorar a legitimidade da instauração do regime ditatorial. Todos os termos remetem à ideia generalizante de uma “Nação” aos moldes do entendimento de Comte. Entretanto, a partir de 1951 e até 1954 Vargas passa a falar em interesses como “(...) agente de partidos, grupos ou classes” deixando de lado a visão comtiana para reconhecer que não havia um “interesse nacional” (D'ARAÚJO, 2011, p. 675). Vargas menciona “interesses mais legítimos do povo” em oposição aos “interesses dos especuladores e gananciosos” (D'ARAÚJO, 2011, p. 677), busca a “defesa dos interesses populares” contra as “pretensões egoísticas” (D'ARAÚJO, 2011, p. 680). Chega mesmo a falar em “interesses das classes trabalhadoras” em oposição aos “interesses das classes produtoras” numa clara mudança de entendimento reconhecendo a existência de diversos interesses conflitantes ao invés do comtiano “interesse nacional”.

Se não foi esta mudança de compreensão e prática política que levou Vargas ao suicídio, certamente colaborou. Enquanto Vargas mantinha a postura do “interesse nacional” comtiano (elitista, industrialista e essencialmente sectário) pode construir consensos e manter apoios inclusive dentro das oligarquias paulistas. Quando acenou com a possibilidade da disputa social, ainda que por meio do voto, não pode governar.

Em 27 de janeiro de 1956, quando da sua diplomação Juscelino afirmava que:

“E usando desta oportunidade, que é o marco final de uma caminhada áspera e terrível, queremos mais uma vez reafirmar o nosso desejo de reunir, numa obra afirmativa da força e do poder criador da nacionalidade brasileira, todos os homens de boa vontade, todos aqueles que colocam alto o interesse da pátria, tão necessitada, nesta hora, de desvêlo, de cuidado e de trabalho. Sentimo-nos mais do que nunca animados do ardente desejo de trabalhar incansavelmente pela paz da família brasileira. Pedimos a Deus que nos inspire e nos dê o sentimento da grandeza de **nostra missão**.” (grifo nosso) (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2009, p. 10).

Juscelino também resgata a ideia de um “interesse da pátria” de linha comtiana e coloca-se em “missão” para trabalhar “pela família brasileira”. Nota-se novamente o espaço de passividade que é dado ao povo (representado pela metáfora da família) e a posição de condução que o governante assume. Mesmo caminho seguiu Juscelino, embora em menos tempo, que havia seguido Getúlio



Vargas. Já em 20 de junho de 1958 ele afirmava que era “(...) chegada a hora de um pronunciamento claro e sincero do Brasil em relação a alguns assuntos da política internacional (...) o que pensa no debate que se vem travando entre as forças que, dividindo o mundo, se defrontam e se ameaçam (...)” afirmando que isto representava “(...) também os nossos interesses mais vitais” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2009, p. 27). Era o reconhecimento das clivagens internacionais resultantes da Guerra Fria, sem adjetivações para qualquer dos lados e tentando manter a “nação” brasileira longe destas clivagens.

Quanto mais se aproximava do final do seu período de governo, Juscelino se via às voltas com a impossibilidade de continuar sustentando um “interesse pátrio” único em um mundo cindido e um país dividido¹⁴. Em 19 de abril de 1960, falando para membros do Conselho da Operação Pan-Americana no Palácio do Itamarati, o então presidente, volta à retórica dos “interesses nacionais”, dos “nossos interesses e à projeção do nome de nossa Pátria no exterior” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2009, p. 41-46), enquanto na inauguração de Brasília (em 21 de abril de 1960) não usa uma única vez o termo “interesse”, mas denuncia que era preciso “estabelecer o equilíbrio do País, promover o seu progresso harmônico, prevenir o perigo de uma excessiva desigualdade”¹⁵.

Conforme a retórica do “interesse nacional” vinha sendo desmentida pelas cisões político-sociais, a resposta do presidente era essencial para manter a coesão dos apoios no legislativo. Se ele continuasse na linha comitiana do estado-gerente, distante das cisões e propalador da ideia do “interesse nacional”, a oposição mantinha-se relativamente colaborativa, caso o presidente assumisse a realidade histórica com interesses fragmentados havia um abandono da oposição, como, por exemplo, na segunda parte do governo de JK com a posição da UDN (ZULINI, 2015, p. 1031).

¹⁴ “A ordem democrática instituída no Brasil após a queda do Estado Novo entrou para os anais da historiografia política como o reino do facciosismo. Frequentemente, as monografias disponíveis sobre os maiores partidos da República de 1946 a 1964 reconhecem a dificuldade enfrentada pelas legendas na tentativa de harmonizar as várias forças antagônicas que formavam os seus quadros” (ZULINI, 2015, p. 1017). A autora questiona a visão dominante na academia sobre o “facciosismo” mas mostra claramente o desgaste do governo JK em sua segunda metade especialmente pela “deserção” da UDN (ZULINI, 2015, p. 1024, 1031)

¹⁵ Disponível em http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=discurso-de-jk-na-inauguracao-de-brasilia-1960 acesso em setembro 2016.



Entre 1946 e 1964 os chefes do executivo esboçaram uma retórica pendular entre admitir o ideal comtiano de Estado e “interesse nacional” ou apontar as clivagens de uma sociedade desigual, saltando de um ponto ou outro conforme seus interesses políticos momentâneos. O ápice deste processo foi o governo de Jânio Quadros que desde o início joga de forma muito violenta com as duas posições, causando uma ideia de instabilidade como parte da política de governo.

Já em 1º de janeiro de 1961, por conta de sua eleição Jânio afirma “Não pedirei ao povo que aperte o cinto e sofra calado o enriquecimento abusivo e indecente dos gozadores inescrupulosos. Os proletários e os humildes devem zelar pelos seus interesses e por eles lutar dentro das regras do sistema democrático.” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2009, p. 15-16). Ao negar de imediato o paradigma comtiano e afirmar interesses conflitantes que deviam ser resolvidos “dentro das regras do sistema democrático”, Jânio marca uma divergência imediata com seus antecessores. Se Getúlio e Juscelino foram afastando-se do “interesse nacional” uno por força do seu caminho político, Jânio já inicia seu mandato deixando clara sua posição. Posição esta que afirmava que “A democracia é um regime suficientemente dinâmico para permitir êsse embate de interesses (...)” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2009, p. 17).

Não se trata de afirmar que Jânio estivesse mais voltado para as políticas do partido A ou B, mas de apontar que não estava ele imbuído da ideia do estado-gerente comtiano cujo objetivo seria através da formulação do “interesse nacional” dirimir embates na sociedade. Jânio afirma que isto não é papel do governo, mas do jogo democrático e, portanto, sua eleição já era fruto desta escolha. Ocorre que em mensagem ao congresso, por ocasião de abertura da sessão legislativa, ainda em 61, Jânio afirmava:

(...) o Brasil deve ter uma política externa que, refletindo sua personalidade, suas condições e seus interesses, seja a mais propícia às aspirações gerais da humanidade, ao desenvolvimento econômico, à paz e segurança, ao respeito pelo homem porque homem, à justiça social, à igualdade das raças, à autodeterminação dos povos e sua mútua tolerância e cooperação (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2009, p. 19)

Não só reaparecem os interesses “do Brasil”, mas agora eles estão igualados às “aspirações gerais da humanidade” e lado a lado com o “desenvolvimento econômico”. É exatamente esta postura pendular de ora reafirmar seu compromisso social admitindo os interesses conflitantes e cindidos e ora defender posturas generalizantes que esconderiam o conflito que torna o governo Jânio



Quadros tão instável. No mesmo discurso, por exemplo, Jânio afirma que “O Brasil só pode ver sua causa ideológica condicionada por seu caráter nacional e seus interesses legítimos” para complementar que “O grande interesse brasileiro nesta fase histórica é o de vencer a pobreza, o de realizar efetivamente seu desenvolvimento. O desenvolvimento e a justiça social são da essência mesma dos ideais democráticos” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2009, p. 20). O “interesse nacional” balança entre o desenvolvimento econômico (sem adjetivos explicativos ou restritivos) e o “combate à pobreza e justiça social”.

Na Carta Renúncia, de 25 de agosto de 1961, Jânio retomaria o argumento dos interesses conflitivos dizendo que “Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nêsse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou de indivíduos, inclusive do exterior” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2009, p. 33). Tal qual seus antecessores, ao admitir o conflito como parte da política e sinalizar (ainda que retoricamente) que o governo “iria contrariar interesses poderosos” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2009, p. 42), Jânio decidia o futuro do seu mandato.

A traumática transição para João Goulart não é tema deste texto, mas de imediato é possível assinalar que Jango não retoma a “normalidade” através de um governo que busque o “interesse nacional” buscando uma política de conciliação. Pelo contrário, Goulart estabelece em termos ainda mais claros a clivagem que já não tinha sido aceita no período de Jânio Quadros. Já em seu discurso de posse em 07 de setembro de 1961, (depois da manobra parlamentarista) afirma que “Não há razão para ser pessimista, diante de um povo que soube impor sua vontade, vencendo todas as resistências para que não se maculasse a legalidade democrática. A nossa grande tarefa é a de não desiludir o povo (...)” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2009, p. 9). Este movimento retórico é anterior, no discurso, à menção dos “altos interesses da Nação”, e “dos mais sagrados interesses da Pátria comum” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2009, p. 10-11). João Goulart reconhece as clivagens de “interesses” dentro dos grupos sociais e trata de amearhar apoios afirmando em 17 de novembro de 1961 que:

“As reivindicações dos trabalhadores agrícolas não se opõem às reivindicações dos trabalhadores da cidade. Ao contrário, o entendimento, no plano dos altos interesses nacionais, entre o homem do campo e o trabalhador da indústria é condição indispensável



ao progresso do País e à elevação dos níveis de existência de todo o povo brasileiro.”
(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2009, p. 15)

Note-se que “os altos interesses nacionais” se subordinam retórica e logicamente a “todo povo brasileiro” explicitando o objetivo não do crescimento econômico (genérico e generalizante) de todo o país, mas com objetivo claramente definido de “elevação dos níveis de existência” do povo. Ainda que com retórica mais acentuada pela negação da elipse das clivagens sociais, o discurso de João Goulart evoca os princípios positivistas de forma clara pela ideia de “progresso do País” que passava, necessariamente, pelo desenvolvimento da industrialização. Não se pode esquecer que João Goulart tinha sido ministro e figura muito próxima de Getúlio Vargas. O Positivismo é evidente dentro do amálgama do trabalhismo de Vargas.

Em tons mais vibrantes, a retórica de Goulart, em 25 de novembro de 1962 por conta da inauguração da Central Elétrica de Urubupungá, já fracionava a ideia de “interesse nacional” ao retirar dele o que chamava de “capital especulativo”: “Somos contra, sim, certo tipo de capital, que vem especular no País e enriquecer à custa do sofrimento e da miséria do povo brasileiro. Combatemos esse capital, em nome do povo e dos legítimos interesses do País” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2009, p. 61). Tais cores iriam ainda serem mais avivadas por conta da campanha pelo plebiscito de 63 em que Jango definia ainda com mais precisão o que seria o interesse nacional:

“E, ao cuidar desses problemas, organizados e estruturados através de uma política de atendimento e de apoio aos homens que vivem no interior, procuraremos também, paralelamente, combater a inflação que vem tumultuando a Nação e destruindo os orçamentos, principalmente os das classes menos favorecidas, essa inflação que beneficia a poucos em detrimento dos interesses legítimos da maioria da população, essa inflação que está contribuindo para cristalizar privilégios de uma minoria que enriquece cada vez mais, enquanto as grandes massas populacionais do País empobrecem, vendo exaurir-se na espiral dos preços sua capacidade aquisitiva.” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2009, p. 66)

Se por necessidade política ou por convicção, o fato é que João Goulart rompia com o pouco do paradigma comtiano que recebera ao reforçar as figuras retóricas de “maioria da população” e “interesses legítimos” em oposição aos “privilégios de uma minoria” rica. A guinada definitiva



para fora do paradigma comtiano se dá no conhecido “Comício da Central”, em 13 de março de 1964, quando os “interesses” agora se colocam contra a democracia:

A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia do antissindicato, ou seja, aquela que melhor atenda aos seus interesses ou aos dos grupos que eles representam. A democracia que eles pretendem é a democracia dos privilégios, a democracia da intolerância e do ódio. A democracia que eles querem, trabalhadores, é para liquidar com a Petrobrás, é a democracia dos monopólios, nacionais e internacionais, a democracia que pudesse lutar contra o povo, a democracia que levou o grande Presidente Vargas ao extremo sacrifício” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2009, p. 80)

A ruptura, proposta por Goulart, com a ideia historicamente brasileira de “interesse nacional”, não era “socialista” ou “comunista”. Goulart aceitava o fortalecimento do Estado Nacional e a ideia de “desenvolvimento” como sinônimo de “industrialização” tal qual explicitado no paradigma comtiano. A diferença é que Jango explicitamente rompia com o elitismo ao colocar dentro dos “interesses” nominalmente operários e camponeses.

De minha parte, à frente do Poder Executivo, tudo continuarei fazendo para que o processo democrático siga o caminho pacífico, para que sejam derrubadas as barreiras que impedem a conquista de novas etapas e do progresso. E podeis estar certos, trabalhadores, de que juntos, governo e povo, operários, camponeses, militares, estudantes, intelectuais e patrões brasileiros que colocam os interesses da Pátria acima de seus interesses, haveremos de prosseguir, e prosseguir de cabeça erguida, a caminhada da emancipação social do país. (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2009, p. 82)

Interesses na Ditadura Militar.

A historiografia sobre política externa brasileira é quase unânime ao afirmar que o “interesse nacional” durante o golpe poderia ser expressado pelo binômio “segurança e desenvolvimento”¹⁶. Em que pese os espaços para os dois vetores sejam pontos de debate entre os autores, todos concordam que tais ideias norteavam a política durante o período militar, seja no seu escopo interno ou externo.

A ideia do “binômio”, no entanto, não representa a política do período militar de forma acurada. Nem interna, nem externamente. Em realidade, como se verá a seguir, não é todo o

¹⁶ (MIYAMOTO e GONÇALVES, 1993, p. 232); (PINHEIRO, 2004, p. 37); (CERVO e BUENO, 2008, p. 372-373); (VIZENTINI, 1998, p. 361-364)



desenvolvimento que interessa ao regime de 64. Neste sentido, o paradigma comtiano é mais explicativo. O “desenvolvimento” deveria ser ainda balizado por três vetores distintos (1) industrialização, (2) fortalecimento do Estado Nacional e (3) concentração dos meios de produção nas mãos de uma pequena elite. Esta diferença é essencial, pois é ela que explica a rejeição, dentro do próprio meio militar, do governo do General Castelo Branco. Cervo e Bueno chamam este momento de “passo fora da cadência” pois as ideias de corte liberal haviam eclipsado o “nacional desenvolvimentismo” (CERVO e BUENO, 2008, p. 368).

Perpetrado o golpe civil-militar de 1964 e poderia se pensar que a questão do “interesse nacional” estaria, enfim, solucionada. Desde o início da República brasileira, o estamento militar pautava o positivismo como base de entendimento e atuação do Estado, não seria no momento em que assumissem o poder, no século XX, que isto poderia ser diferente. Entretanto, a parte civil do golpe requisita, num primeiro momento, a primazia da condução da política e economia.

O que ocorre não é apenas um “passo fora da cadência”, mas a luta interna entre o histórico entendimento da instituição Exército sobre o que seria o “interesse nacional” e os interesses econômicos dos grupos que ajudaram a perpetrar o golpe. Com Castelo Branco, a ideia de “interesse” perde o termo “nacional”. Em sua primeira manifestação, de 11 de abril de 1964, a expressão “interesse nacional” simplesmente não aparece. Em 15 de abril de 1964, perante o Congresso Nacional, a manifestação de Castelo Branco ao tomar posse novamente não menciona o termo, e desta vez em seis páginas de discurso¹⁷.

Não se afirma aqui que Castelo Branco deixou de definir o que era “interesse nacional”, mas por uma razão mais abaixo explicitada não usou o termo. Neste discurso¹⁸ estão presentes quase todos os traços positivistas. Castelo Branco afirma que “será um Govêrno firmemente voltado para o futuro, tanto é certo que um constante sentimento de progresso e aperfeiçoamento”. Em outro trecho afirma, conciliatoriamente que “Serei o Presidente de todos eles [brasileiros] e não o chefe

¹⁷ Em todos os discursos de Castelo Branco em 1964 (quase 80 disponíveis da biblioteca da presidência) em apenas seis vezes ele usa o termo “interesse nacional”. Os termos mais próximos usados são “interesse do país”, “interesses da pátria”, “interesses da República”, “interesses do Brasil” e, se somados, não chegam a uma dúzia. Um número demasiado pequeno se levado em conta o número de discursos e se comparado aos outros chefes do executivo nacional, especialmente gerais-presidentes.

¹⁸ Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1964-1/02.pdf/view>, acesso em setembro 2016.



de uma facção” e ataca a democracia que existia antes de 1964 que, segundo o general-presidente, tinha “tantas fraudes e distorções que a tornavam irreconhecível”. A imagem retórica do Positivismo está (quase) completa no final do discurso, quando Castelo Branco cita Rui Barbosa:

“Cada operário e cada homem de empresa, estes principalmente, pois a eles lembrarei esta sentença de Rui Barbosa: ‘É nas classes mais cultas e abastadas que devem ter seu ponto de partida as agitações regeneradoras. Demos ao povo o exemplo e ele nos seguirá’. Cumpram, pois, os brasileiros mais felizes ou mais dotados o seu dever para com a Nação e verão que o Brasil os imitará para a perenidade, glória e concórdia desta pátria privilegiada”

O que estaria faltando dentro da imagem proposta por Castelo Branco para estarmos firmemente dentro do paradigma comtiano? Estão presentes a noção de “progresso” por industrialização, a noção de um governo que deve repudiar as clivagens sociais, atuando como mediador e, por fim, surge a noção do elitismo e das massas como passivas no processo político. Todas estão presentes, mas falta exatamente o fortalecimento do “Estado Nacional”. A colocação da dupla Octavio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos nos postos de comando da economia do Brasil leva o governo de Castelo Branco para o lado do liberalismo com forte tendência ao financismo internacional. Exatamente por isto o discurso do general-presidente evita o termo “interesse nacional”. Não significa que Castelo Branco não tivesse presente as bases ideológicas comuns ao Exército, mas pensava em fazer um governo com personagens “exímios e competentes” em seus respectivos campos. Se estes profissionais, cuja expertise era evidente, apontavam para a necessidade da diminuição do espaço do Estado Nacional, o presidente não se oporia.

O Exército como instituição, entretanto, sinaliza claramente a não concordância com a ruptura da ideia histórica de “interesse nacional” comtiana. De fato, após Castelo Branco, há uma retomada dos ideais de fortalecimento do Estado Nacional, do desenvolvimento por via da industrialização monopolizada socialmente e, cada vez mais, do afastamento do “povo” dos processos decisórios, criando uma elite política ou burocrática de caráter hermético que nos relega, até hoje, dificuldades quanto à ideia de uma democracia participativa.

Em que pese que existem diferenças entre as formas de aplicação das ferramentas econômicas entre os generais-presidentes depois de Castelo Branco, todos retomam o mesmo ideal de “interesse nacional”. Costa e Silva, por exemplo, afirma, em 22 de outubro de 1965:



“Quando jangos e brizolas procuravam subverter a disciplina militar e fechar o Congresso Nacional e conspurcar a ação dos juízes, o Exército veio à rua para restabelecer a ordem, a disciplina, a decência, a austeridade e a autoridade do Governo. E o fizemos certos de que não defendíamos um partido, uma instituição, um interesse de classe, mas sim a integridade da Pátria”.¹⁹

E em um só parágrafo é possível ver a reorganização do “interesse nacional” comtiano²⁰ e marca claramente a diferença de seu entendimento para o de Castelo Branco afirmando, em 26 de maio de 1966:

“Não haveria necessidade em rigor de vos assegurar que, aspirando sobretudo alcançar a emancipação de nossa economia de base, nem por isso somos hostis ao concurso dos capitais estrangeiros. Mas fique bem claro que não nos interessa o capital alienígena que nos procura, tão-somente, para fins egoísticos de lucros exorbitantes, nem o que pretende, pela concorrência ou pelo monopólio, prejudicar nossas atividades econômicas, agrícolas ou manufatureiras.

O terceiro general presidente, que assume após a negação da passagem do poder para o vice Pedro Aleixo após sinistro com a saúde de Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici mantém a ideia de “interesse nacional” comtiano e em seu discurso de posse afirma que “ (...) creio no surto industrial brasileiro, em bases estáveis, de vivência nossa, de nosso exclusivo interesse, buscando-se a evolução (...)”²¹. Se claro fica a manutenção da ideia de desenvolvimento pela via da industrialização e a noção de “evolução”, é também patente a visão de governo como um “mediador social” quando Médici afirma que “Estimulando, pois, as iniciativas que possam gerar riqueza, não quer o poder público proteger este ou aquele grupo financeiro ou econômico, em detrimento do

¹⁹ Discursos disponíveis em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/costa-e-silva/costa-e-silva-pronunciamentos-do-presidente-discursos-mensagens-e-entrevistas-1966/view>, acesso em setembro 2016

²⁰ Costa e Silva retoma com força a ideia do “interesse nacional” conforme definimos na primeira sessão, inclusive quanto ao papel de “mediador social” do Estado: “Estou firmemente convencido de que estes dois anos decorridos se constituíram na fase mais difícil da Revolução, pois se tratava de consolidá-la, quando tudo era caos e confusão. Percebo as perspectivas que se vêm abrindo para o futuro, quando se há de coroar esta grandiosa obra de dois anos, numa fase de conciliação em seu mais alto e patriótico sentido. Entre os princípios revolucionários e as liberdades democráticas. Entre os interesses privados e os postulados da justiça social. Entre as medidas de contenção do processo inflacionário e a política e os interesses inalienáveis do povo brasileiro”.

²¹ Discurso de 30 de outubro de 1969 página 37, disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1969/04.pdf/view>, acesso em setembro de 2016.



interesse geral. Pretende, isto sim, incrementar o crescimento da economia, a fim de suscitar estado de coisas, que possibilite, com a elevação do nível de vida, amenizar as misérias sociais”²².

As mesmas referências narrativas são retomadas por Ernesto Geisel, com a industrialização como modelo de desenvolvimento e assim alçada à condição de “interesse nacional”, desde que fosse de base nacional:

Ademais, cumpre destacar as medidas voltadas para a expansão do mercado nacional no setor de bens primários e industrializados produzidos internamente. Neste sentido, o estabelecimento de uma política de desenvolvimento comercial interno passou, também, a ser objeto das preocupações do Governo; verificou-se que, ao contrário do que sucede com a indústria, não foram ainda fixadas, em benefício do comércio interno, diretrizes, normas e medidas estimuladoras e reguladoras que promovam e assegurem o desenvolvimento do setor, em consonância com o interesse nacional e o progresso econômico-social do País.”²³

Durante os governos militares ocorre uma imensa concentração de renda que não é “efeito não querido” das políticas econômicas, mas fruto de um projeto claro de país. Ao mesmo tempo, o Estado passa a ser preponderante no processo econômico brasileiro. Ao não aceitar o liberalismo de Castelo Branco como projeto econômico nacional (por ser contrário ao paradigma comtiano de Estado) o regime militar coloca o Brasil em choque com os interesses internacionais, que passam a usar os instrumentos macroeconômicos para pressionar o país.

Mesmo já com a economia em processo rápido de deterioração pela inflação e o desequilíbrio das balança de pagamentos, o General Figueiredo afirmava em 19 de março de 1979 que a função do estado é “(...) estimular a sociedade a produzir recursos e – diante de sua escassez crônica – estabelecer prioridades de distribuição, de forma a atender os interesses da maioria” e toca especificamente na questão dos interesses divergentes quando diz:

²² Discurso de 05 de março de 1970 página 48, disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/06/view>, acesso em setembro 2016.

²³ <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/mensagens-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-da-sessao-legislativa-de-1976>, acesso em setembro de 2016.



“Os empresários precisarão compreender que menos lucros nominais podem significar maiores ganhos globais.

- Apostar na inflação pode resultar em estoques encalhados.
- Banqueiros que emprestam a juros excessivos arriscam o principal.”

para, em seguida complementar, na demonstração da função de mediador do Estado, que “O combate à inflação é incompatível com reajustes salariais muito acima dos aumentos do custo de vida. Na verdade, reivindicações como essas são elitistas, na medida em que só beneficiam minorias e utilizam greves flagrantemente ilegais como instrumentos de pressão” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1980, p. 8)

A industrialização continua a ser defendida apesar do reconhecimento dos problemas que os choques do petróleo causaram ao Brasil. Em 12 de outubro de 1979, Figueiredo afirmava que “Entretanto, o mundo em desenvolvimento -não pode ter sua unidade calcada exclusivamente na coincidência de interesses perante as nações altamente industrializadas. O peso crescente dos insumos energéticos ameaça introduzir, em caráter duradouro, agudos desequilíbrios no intercâmbio entre países em desenvolvimento” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1980, p. 101).

A sustentação da ideia do “interesse nacional” era mantida ainda que todo o resto estivesse em crise. Assim, mais do que um interesse dos militares, evitar a clivagem social era essencial e o general-presidente afirmava o quão deletério eram as “forças interessadas em desestabilizar a sociedade”, falando dos movimentos sociais e seus interesses divergentes do “interesse nacional”:

“É natural que, em tal situação haja campo fértil para as reivindicações absurdas e a agitação que as acompanha. Não é difícil debitar todos os problemas sociais às forças existentes, interessadas em desestabilizar a sociedade ou criar problemas para o governo e os empresários. Há, contudo que reconhecer as causas e distingui-las dos efeitos. Aquelas forças seriam impotentes, seu esforço seria vão, se a inflação não lhes desse a credibilidade sentida diariamente, pessoalmente, pela imensa maioria que vive do produto de seu trabalho” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1980, p. 107)

O Interesse Nacional na Nova República

Até 1985 a ideia de “interesse nacional” mantinha-se praticamente a mesma daquela exarada no início da República. O Estado Positivista, conforme defendia Auguste Comte no século XIX,



continua presente delimitando funções, ações e espaços que o Estado Nacional deveria exercer/ocupar. Este entendimento é baliza para os presidentes, que passam a serem julgados conforme adequação a estas margens. Presidentes que tenham demonstrado oposição a esta ideia, sejam progressistas ou conservadores, enfrentaram oposição parlamentar, problemas com a burocracia e mesmo isolamento entre os grupos militares.

O que se vê durante a Nova República não é muito diferente. Ocorre que o “Presidencialismo de Coalisão” (LIMONGI, 2006) e os instrumentos de fortalecimento do legislativo e da burocracia de governo da constituição de 1988 (MORAES, 2001) fizeram com que os presidentes precisassem se adequar ainda mais rapidamente ao paradigma comtiano ou não conseguiriam completar seus mandatos.

Em 17 de março de 1985, José Sarney dizia que:

“Não temos receio das responsabilidades. Não nos faltará coragem para contrariar interesses, sejam eles de grupos, de classe, ou de quaisquer parcelas da sociedade, se isto for necessário para assegurar a defesa do bem-comum, a proteção dos interesses maiores da Nação. Para a proteção desses altos interesses, é indispensável manter-se a ordem. Sem ordem não chegaremos a parte alguma. Sem ordem não há progresso, não há democracia, não há produção, não há bem-estar social. Não há segurança para o cidadão, sua família, sua cidade, seu Estado, sem que a ordem presida às transformações, sob o manto do direito e dos valores éticos da sociedade.”²⁴

O termo “interesse nacional” é cuidadosamente evitado, como forma de romper com a retórica do regime ditatorial, mas a essência do paradigma comtiano continua em evidência através da negação das divergências, da manutenção da “ordem” e do “progresso” estes como base para a “democracia” e “produção”. A figura do “cidadão” é sempre apresentada como paciente das ações políticas, exatamente como Comte estabelecia.

A crise econômica se avolumava e a retórica do “interesse nacional” reduzia-se, em número de aparições, nos discursos de Sarney, especialmente a partir de 1989. O presidente, entretanto, não contraria o paradigma comtiano (como fizeram Vargas e Jango abraçando a ideia da divergência

²⁴ Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jose-sarney/discursos/1985/02.pdf/view>, acesso em setembro de 2016



social legítima) afirmando a existência de interesses divergentes ou conflitantes. Ao contrário, Sarney reforça a tentativa de conciliação política através da negação da legitimidade dos movimentos sociais:

“Durante o governo, eu enfrentei muitas tentativas de desestabilização e quero fixar uma delas. Um aspecto dessa ação, por exemplo, tem sido o grevismo selvagem, que não é exercido para defender direitos sociais ou trabalhistas, mas para ocupar espaços, por grupos políticos, que não aceitam o jogo democrático, não aceitam o império da lei. Por exemplo, eu quero que o povo saiba que durante este período eu enfrentei, no governo, 8.790 greves. Qualquer país do mundo, por mais poderoso que ele seja, teria grandes problemas somente com esse fato, além de todos os outros problemas que eu tenho que administrar”.²⁵

O primeiro presidente eleito diretamente depois do fim o regime militar, Fernando Collor de Mello, já inicia o seu período assumindo a legitimidade da clivagem social e rompendo com o paradigma comtiano. Em 15 de março de 1990, em seu discurso de posse, no contexto da queda do muro de Berlim, ele afirma:

“O socialismo como visão utópica bate em retirada, sabiamente substituído pelo socialismo como preocupação ética e humanitária. Mas a idéia republicana, o apego ao civismo e à cidadania, esta perdura no coração dos democratas. Pois a democracia não se enraíza numa sociedade cínica: ela só floresce e frutifica na comunidade cívica, no sentido do bem comum, no respeito ao interesse coletivo, na recusa a confundir o conflito social legítimo - inevitável na sociedade moderna, heterogênea e complexa como é - com o caos predatório das ambições sem grandeza e das pressões ditadas pelo egoísmo.”²⁶

Assumir a legitimidade de conflitos dentro da “sociedade moderna” dizendo que são “inevitáveis” e na mesma construção citar o “socialismo como preocupação ética” foi, certamente, uma novidade perigosa. Mas Collor vai ainda mais longe ao afirmar a necessidade de “criar condições para o resgate da nossa gritante e vergonhosa dívida social” como condição para a retomada “irreversível do crescimento”. A retórica de Collor em seu discurso de posse já reconhece que é preciso “aceitar

²⁵ Discurso de 27 de abril de 1989, disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jose-sarney/discursos/1989/38.pdf/view>

²⁶ Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/discursos/1990/01.pdf/view>, acesso em setembro de 2016.



a diversidade de interesses” e fala em “integração gradual, mas constante e segura, à plenitude do processo econômico”.

Se já havia sido inovador assumir como legítimas as clivagens sociais em seu discurso de posse, em entrevista coletiva de 27 de março de 1990, para explicar as medidas de retenção financeira²⁷, Collor rompe com outra das características do “interesse nacional”. Perguntado sobre o papel do Estado na economia o presidente afirma que precisa ocorrer um “processo de emagrecimento do Estado” com objetivo de “distribuição efetiva de renda” e “justiça social” atrelada ao crescimento econômico. Quando questionado sobre sua base de apoio no congresso, Collor afirma que:

“Eu tenho uma relação muito forte e muito profunda com a imensa maioria da população brasileira, que é exatamente a imensa maioria da população que passa fome, que quer justiça, que não tem saúde, que não tem educação, que não tem emprego, que não tem trabalho, que não tem salários dignos. (...) os meus compromissos são todos voltados para o atendimento das necessidades básicas dessa população”.

Ao invés de reafirmar a ideia do “crescimento industrial”, o então presidente afirma que “Nós estamos muito atentos aos índices de desemprego na economia e ao nível de rotatividade de emprego na economia”. Antes de proteger a industrial nacional, Collor afirmava a abertura da economia brasileira ao “mercado internacional” de forma ainda mais brusca do que Castelo Branco tinha tentado.

“Já tomamos algumas medidas dentro do programa econômico como a flutuação do câmbio e a liberação das importações — que são mecanismos puros da economia de mercado. Também tomamos outras medidas que deixam um pouco incomodados alguns que, como eu, entendem que temos que perseverar na busca da economia de mercado, através de um certo controle de preços e de outros mecanismos. Mas é fundamental que nos utilizemos desses mecanismos nesse período transitório, como o senhor coloca na sua pergunta, para que alcancemos, um pouco mais adiante, daqui a alguns anos, a verdadeira economia de mercado. O que eu desejo, ao final desse meu período de administração, na chefia da Presidência da República, o que espero, ardentemente, é constituir no Brasil a verdadeira economia de mercado, sem nenhum tipo de constrangimento para a atividade produtiva, sem nenhum tipo de mecanismo que interfira na política de preços e de salários,

²⁷ <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/discursos/1990/08.pdf/view>, acesso em setembro de 2016



na política de importação ou de exportação. Esse é o objetivo que estamos buscando, detida e vigorosamente, alcançar dentro desse período governamental.”

A História registra que o impeachment de Collor tem bases empíricas e razões legais, não obstante a isto, desde o início de seu governo, Fernando Collor afrontou a ideia estabelecida na burocracia e nas elites diretivas brasileiras de “interesse nacional”. Ainda que não fosse verdade, Collor reafirmava sua proximidade com o povo além de defender abertura econômica por sobre o desenvolvimento nacional e uma ideia de “distribuição de renda”. Posições diametralmente opostas ao que vinha sendo defendido como “interesse nacional” desde o início da República.

Após a crise política que adveio do processo de impeachment e a presidência de Itamar Franco, uma nova eleição presidencial direta traria Fernando Henrique Cardoso à presidência do Brasil e, com ele, o retorno do paradigma comtiano. Não o fez, entretanto, sem um processo de negociação que já começa em sua posse. No discurso de primeiro de janeiro de 1995, Cardoso não usa, em momento algum o termo “interesse nacional”, mas ao mesmo tempo evoca “os tenentes revolucionários da Velha República” e a “campanha do Pétroleo é Nosso” citando que para ele “petróleo e industrialização eram o bilhete de passagem para o mundo moderno do pós-guerra”. As imagens, reiteradas durante o discurso, evocam os ideais comtianos de industrialização e fortalecimento do “estado nacional” ao mesmo tempo que Cardoso denunciava que, com JK, por exemplo, “os anos dourados terminaram com inflação e tensões políticas em alta” com a crítica aberta aos interesses divergentes dentro da sociedade. O Brasil da “união” é caracterizado com cada grupo fazendo a sua parte:

“Nossos empresários souberam inovar, souberam refazer suas fábricas e escritórios, souberam vencer as dificuldades. Os trabalhadores brasileiros souberam enfrentar as agruras do arbítrio e da recessão e os desafios das novas tecnologias. Reorganizaram seus sindicatos para serem capazes, como hoje são, de reivindicar seus direitos e sua parte no bolo do crescimento econômico. Chegou o tempo de crescer e florescer”²⁸

No mesmo discurso, Cardoso menciona a necessidade da “justiça social”, termo bem diferente da “dívida social” que usou Collor. O termo “justiça” carrega a flexibilidade de entendimento através

²⁸ Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/1o-mandato/1995-1/01-discurso-de-posse-no-congresso-nacional-brasilia-distrito-federal-01-01-95/view>, acesso em setembro de 2016)



da subjetividade. Fernando Henrique Cardoso cita, ainda, Joaquim Nabuco e sua luta abolicionista enfatizando a importância do elitismo dirigente. Nabuco não era escravo mas condoía-se “por sentirem no coração o horror da escravidão” e “Também nós nos horrorizamos vendo compatriotas nossos - e ainda que não fossem brasileiros -, vendo seres humanos ao nosso lado subjugados pela fome, pela doença, pela ignorância, pela violência. Isso não pode continuar!”. Os termos do acordo estavam claros e o então presidente termina por afirmar que “Tal como o abolicionismo, o movimento por reformas que eu represento não é contra ninguém. Não quer dividir a Nação: quer uni-la em torno da perspectiva de um amanhã melhor para todos”.

Mesmo quando fala das “desigualdades extremas entre regiões e grupos sociais”, Cardoso não deixa de enfatizar que “nós, brasileiros, somos um povo com grande homogeneidade cultural” para em seguida estabelecer que “Minha missão, a partir de hoje, é fazer com que essas prioridades do povo sejam também as prioridades do governo”. Entidades diferentes, “povo” e “governo”, que são unidas pelo fio condutor do político capaz e de saberes específicos, como estabelecia Comte²⁹. O retorno ao princípio comtiano de ação de estado fica claro na negação legitimidade das divergências e na ideia de um governo que – por ser consciente (no sentido positivo comtiano) – auxilia o povo a alcançar suas “prioridades”.

Ciente destas limitações, Cardoso afirmava em 20 de fevereiro de 1996, na cidade do México que:

Também intimamente ligada à questão da globalização é a limitação que se impõe à capacidade dos Estados de escolher estratégias diferenciadas de desenvolvimento, de adotar políticas macroeconômicas heterodoxas ou, ainda, de sustentar fórmulas rígidas na relação entre o capital e o trabalho. (...) A ortodoxia ou o conservadorismo dessa espécie de tribunal imaterial, porém influente, traz limitações à capacidade de operar dos governantes, os quais, se, por um lado, não podem simplesmente ignorar esses condicionantes da realidade contemporânea, por outro têm dever de buscar, nas contradições e nas inconsistências, bem como nas janelas de oportunidade do sistema em gestação, estratégias capazes de reafirmar a prioridade do interesse nacional, de reforçar a

²⁹ É verdade que Cardoso faz um apelo por se “costurar novas formas de participação da sociedade”, mas circunscreve estas formas a “tomada de consciência” e aos meios de “comunicação de massa” e não aos partidos ou associações políticas. Esta seria uma forma aceitável à luz da teoria comtiana, negando-se a ideia de participação direta e assumindo apenas e de forma tênue uma ideia de representação por instituições sociais: “As instituições sociais, nesse sentido, existem, por um lado, para satisfazer as necessidades humanas e, por outro, para regular o egoísmo dos indivíduos. (Aliás: esse é, precisamente, o papel do governo nas sociedades.)” (LACERDA, 2004, p. 67)



vocação de países como os nossos para a autodeterminação soberana e, sobretudo, de consolidar nossa capacidade de influir na construção do futuro. (...) Ora, o cerne da ação política, hoje, é justamente o de criar um espaço político onde esses interesses se harmonizem racionalmente (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2009, p. 31-32)

No seu segundo mandato, Cardoso sinalizava para uma ruptura narrativa agressiva para com o paradigma comtiano. O custo da manutenção da política financeira que alicerçava o Real não havia sido diminuído pelo efeito do crescimento da economia. De fato, Cardoso se ressentia da falta de investimentos produtivos feitos pela elite brasileira, mesmo com todas as condições que seu governo montara. Em 1º de janeiro de 1999, em seu discurso de posse do segundo mandato o presidente afirmava que:

Queremos aprofundar a parceria com a sociedade. Faz pouco tempo, o que entre nós se chamava de “opinião pública” era apenas o eco das reivindicações dos setores privilegiados da sociedade, que sabem fazer ruído na defesa de seus interesses. Hoje, a opinião pública expandiu-se e incorpora sindicatos de trabalhadores, igrejas, movimentos sociais e as chamadas organizações não governamentais. Mas ainda existe uma maioria silenciosa que não se faz ouvir. As medidas de política social do Governo buscam atender a esta maioria, mesmo, se for o caso, contra os ruídos dos que se escudam nos mais pobres para defender seus privilégios. A sociedade civil assume, com mais eficiência e menor custo, funções que antes eram privativas do setor público. E o Estado se fortalece ao articular-se com ela. A vertebração da sociedade, em sintonia com a descentralização das políticas públicas, cria as condições para que os serviços do Estado cheguem efetivamente aos que mais precisam e não, como sempre foi, aos que mais têm, porque sempre detiveram os instrumentos de pressão para reivindicar mais. (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2009, p. 48-49)

De uma só vez, Cardoso nega o elitismo positivista do governo e enfatiza que hoje é preciso ouvir “sindicatos”, “movimentos sociais” para atender os “mais pobres”. Afirma, ainda, a necessidade da redução do papel governamental do estado através da “descentralização das políticas públicas” para atender “os que mais precisam” em detrimento “dos que mais tem”. O caminho narrativo de Cardoso revela diferença entre o primeiro e o segundo mandato. De um início de governo (primeiro mandato) bastante afinado com o “interesse nacional” comtiano³⁰ a uma parte final de governo

³⁰ As privatizações começaram no governo FHC em 1996 com a Light. A narrativa do primeiro mandato, contudo, não assume as privatizações de forma clara estabelecendo que elas serviriam para fortalecer o Estado diminuindo



(segundo mandato) marcando uma retórica de ruptura com aquele paradigma. O curso declinante da economia brasileira e a rejeição ao programa neoliberal são comumente apontados como causa da queda de apoio ao presidente e da imensa diferença, em níveis de aceitação, entre o primeiro e o segundo mandato. Porém, é interessante, seguindo a argumentação do artigo, verificar que tão logo um presidente rompa (ainda que narrativamente) com o paradigma comtiano de “interesse nacional” as burocracias³¹, a classe política e a elite econômica (MILLS, 1982) majoritariamente se colocam contra o chefe do executivo.

Luiz Inácio Lula da Silva, eleito após Cardoso já precisou compor com o “interesse nacional” antes mesmo da sua eleição. Em 22 de junho de 2002, o então candidato Lula escreveu uma “Carta ao povo brasileiro” em que afirmava “O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar”³². É sintomática a inclusão do verbo “pacificar” logo após “crescer”, deixando o sentido de “incluir” ilhado entre os dois outros sentidos. Lula afirma que nos anos de Cardoso “a economia não cresceu”, “a soberania do país ficou em grande parte comprometida”. Mesmo remetendo-se a outras questões (como corrupção e crise social), Lula deixava clara sua aceitação ao paradigma comtiano negando até mesmo algo caro à esquerda que era a autonomia dos interesses sociais no jogo da democracia. Lula afirma que o “fracasso do atual modelo não está conduzindo (...) ao protesto destrutivo” dizendo que “ao contrário (...) a população acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo”. Ao mesmo tempo que Lula indica que entende que existem “protestos destrutivos” ele ainda afirma a ideia de um “projeto nacional” que remete ao sentido de nação (coletiva) de Comte.

A busca pela configuração de um “coletivo nacional” em busca da mudança segue quando Lula afirma, no mesmo documento, que sua candidatura tem o “caráter de um movimento de defesa do Brasil (...) enquanto nação independente”. Ao elencar seus apoios, o então candidato afirma que “Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária” com “parcelas significativas

dívidas e melhorando serviços. Apenas no final do seu primeiro mandato o peso destas ações começou efetivamente a se fazer sentir. (ARAÚJO, 2010)

³¹ Tome-se aqui o sentido weberiano de burocracia (WEBER, 1967, p. 60-94), o sentido dado por Graham Allison quando afirma que “*government leaders can substantially disturb but not substantially control, the behavior of these organizations*” (ALLISON, 1969, p. 698) e o sentido dado por Jeffrey Checkel quando cita o termo “national bureaucracies and their interests” (CHECKEL, 2008, p. 75-76)

³² Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u33908.shtml>, acesso em setembro de 2016



do empresariado” e afirma que as soluções não poderão ser “fruto de uma ampla negociação nacional (...) uma autêntica aliança pelo país (...) capaz de assegurar o crescimento com estabilidade”.

O contexto das vulnerabilidades econômicas brasileiras, em função da financeirização que Cardoso acabou por fazer, contrapõem-se ao paradigma comtiano e Lula não deixa de sinalizar isto também quando menciona a “crise de confiança na situação econômica do país” através das “graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo governo (...) como único caminho possível para o Brasil”. O mesmo ponto que havia sido decisivo para a negação do modelo de Castelo Branco com Cardoso ressurge através da “globalização”. Lula termina a carta em uma patente aceitação do “interesse nacional comtiano”:

O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis.

Os termos “desenvolvimento econômico”, “bem do Brasil”, “todos”, “unirem” e “programa responsável” são eloquentes se comparados ao que está sendo dito neste trabalho.

Em 1º de janeiro de 2003, em seu discurso de posse, Luiz Inácio Lula da Silva não usa o termo “interesse nacional”, mas em todos os seus discursos procura passar a ideia de “interesses não necessariamente coincidentes, mas que têm um objetivo comum, contribuir para que o Brasil supere a crise atual e retome de modo sustentado o caminho do crescimento econômico”³³ ou de que a “preservação dos interesses nacionais não é incompatível com cooperação e solidariedade”³⁴. A retórica da conciliação e do crescimento econômico acompanhou Lula em todo o primeiro mandato. Se no seu discurso de posse ele dizia que “teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2008, p. 8), ao falar do “povo brasileiro” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2008, p. 9) e dos

³³ Discurso de 13 de fevereiro de 2003. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/13-02-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-instalacao-do-conselho-de-desenvolvimento-economico-e-social/view>. Acesso em setembro de 2016

³⁴ Discurso de 26 de janeiro de 2003. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/26-01-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-xxxiii-forum-economico-mundial/view>. Acesso em setembro de 2016.



movimentos sociais prefere o termo “movimentos cívicos” ou “grande mutirão cívico” para evitar a retórica da luta de classes e atrelar o povo à ideia de nação.

Lula elege o tema da fome como grande prioridade de governo. Tema incontroverso pelo seu próprio sentido e mesmo quando fala em reforma agrária junta aos termos “pacífica, organizada e planejada” afirmando que tudo isto é possível com um “poderoso apoio à agroindústria e ao agronegócio” afirmando que são atividades “complementares” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2008, p. 10). À ideia de um país unido, Lula junta o esforço de crescimento que se baseará no “incremento do mercado interno” buscando um “autêntico pacto social (...) uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo geradores da riqueza fundamental da Nação.”:

Estamos em um momento particularmente propício para isso. Um momento raro da vida de um povo. Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o País cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça. (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2008, p. 11)

Afora os temas claros do paradigma comtiano, como industrialização, união nacional, controle das clivagens sociais, Lula afirma qual tipo de desenvolvimento não lhe interessa dizendo “sobretudo vamos produzir. A riqueza que conta é aquela gerada por nossas próprias mãos, produzida por nossas máquinas, pela nossa inteligência e pelo nosso suor”. Estava rechaçado o modelo baseado na financeirização internacional da economia e, ao mesmo tempo, fortalecidas as bases do estado nacional e até a “política externa será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional”. A política externa deve estar atenta “para essas negociações [internacionais] (...) não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2008, p. 13-14).

Logo após o encerramento do pleito de 2006 (quando venceu Geraldo Alkmin com mais de 48% dos votos válidos), Lula retoma a retórica da união dizendo que “encerrada a disputa eleitoral, o que interessa a todos é a vitória do Brasil”:



Como homem de diálogo que sempre fui, estendo mais uma vez as mãos para o entendimento e a concórdia. Conclamo toda a sociedade, a começar pelas lideranças políticas e movimentos sociais, a unirmos o Brasil em torno de uma agenda comum de temas de interesse nacional. É um chamamento maduro e sincero, feito por um presidente que está saindo de uma vitória expressiva nas urnas, que conta com o apoio majoritário dos governadores eleitos e que terá uma base sólida no Congresso Nacional, mas já tem experiência suficiente para saber que para fazer as coisas com a velocidade que o Brasil necessita, é preciso contar com o empenho e a boa vontade de amplos setores da vida nacional.³⁵

Em seu discurso de posse do segundo mandato, em 1º de janeiro de 2007, o então presidente renova o entendimento baseado num modelo narrativo que segue as linhas mestras do “interesse nacional” agradecendo a todos (do congresso ao vice-presidente José Alencar) pela defesa “das coisas de interesse da nossa Nação”. A figura de José Alencar joga papel fundamental na aceitação de Lula pelos grupos dirigentes e na aceitação por Lula do “interesse nacional” comtiano:

Sou profundamente grato a essa convivência com meu companheiro José Alencar, meu vice-presidente da República. Este homem que, na minha opinião, também por obra de Deus, fez com que nós nos encontrássemos, e embora tivéssemos origens muito semelhantes, ele trilhou um caminho e eu trilhei outro: ele foi para a vida empresarial e se transformou num grande empresário, um dos maiores do nosso País, e eu trilhei o caminho do movimento sindical. E, por conta de vocês, eu me transformei numa pessoa importante na política brasileira, e quis Deus que um belo dia eu encontrasse o José Alencar em Belo Horizonte, ouvi um pronunciamento dele e, depois que o ouvi falar, eu saí de lá convencido de que nós tínhamos encontrado um jeito de unificar capital e trabalho na Presidência da República e na Vice-Presidência, e saí de lá convencido de que eu tinha conquistado o meu vice.³⁶

Lula cita a necessidade do Palácio da Presidência de “se habituar a receber aquelas pessoas que vivem nas ruas catando o papel que nós jogamos” e “precisa aprender a receber as minorias

³⁵ Pronunciamento à nação em 31 de outubro de 2006. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2006/31-10-2006-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv-sobre-o-processo-democratico-das-eleicoes/view>. Acesso em setembro de 2016.

³⁶ Discurso de posse em 1º de janeiro de 2007. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/01-01-2007-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-posse/view>. Acesso em setembro de 2016.



marginalizadas deste país” para então afirmar que vai continuar governando “ouvindo cada vez mais”. A verdade é que embora a retórica contenha termos dissonantes do “interesse nacional” (mulheres, catadores de papel, minorias, negros, índios e etc.) a posição do governo é comtiana, “ouvindo” e “cuidando”, sem se comprometer com qualquer participação mais efetiva destes grupos.

Quero dizer para vocês que sou Presidente de todos, sem distinção de credo religioso, sem distinção de compromissos ideológicos. Sou Presidente de todos sem me preocupar com a origem social de cada um. Mas não se enganem, mesmo sendo Presidente de todos eu continuarei fazendo o que faz uma mãe, eu cuidarei primeiro daqueles mais necessitados, daqueles mais fragilizados, daqueles que mais precisam do Estado brasileiro. (Discurso de posse 1º de janeiro de 2007)

Os temas sensíveis do crescimento da economia, da união social e do estado dirigente, equidistante dos grupos sociais e decidindo positivamente continua sendo a essência do discurso:

Por isso, meus companheiros e companheiras, eu vou parar por aqui, dizendo a vocês – porque depois eu vou descer aí para dar um abraço em vocês – que nós, este mês, já lançaremos o pacote de propostas para o desenvolvimento deste País. Isso foi discutido com empresários, com trabalhadores, e nós queremos fazer com que o Brasil crie um momento de confiança e de otimismo. (Discurso de posse 1º de janeiro de 2007)

Em pronunciamento por conta do Dia do Trabalhador, em 29 de abril de 2010, Lula afirma que “temos comemorado o crescimento vigoroso da economia e a clara retomada dos investimentos” para consolidar “um amplo mercado interno de massas, capaz de estimular e sustentar um longo período de crescimento econômico” porque “só é rico o país que descobre que o povo é sua maior riqueza”:

Tudo isso está fazendo a roda da economia girar de forma sustentada. Como há mais gente consumindo, o comércio vende mais e aí tem de encomendar mais da indústria, que tem de investir mais e contratar mais trabalhadores, em um círculo virtuoso, que impulsiona o país e seu povo para frente.³⁷

³⁷ Discurso de 29 de abril de 2010. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/29-04-2010-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv-por-ocasio-do-dia-do-trabalhador/view>. Acesso em setembro de 2016



Nos seus dois governos, Lula foi fiel aos planos propostos. Não há discrepâncias e modificações narrativas de relevância. Em seu pronunciamento final em 31 de dezembro de 2010, por exemplo, Lula afirmava que “governo bom é o que conduz o país ao crescimento e ao encontro da prosperidade”³⁸. As ideias semânticas de um governo que “conduz” todo um país mais “crescimento” e “prosperidade” evidenciam a linha comtiana que caracterizou – ainda que com palavras próprias de um torneiro-mecânico – a retórica de Lula durante seus dois mandatos. Segundo o presidente, o governo não pode “ter medo de ouvir o povo” ou “governar para meia dúzia de ricos” consolidando, assim, o ideal comtiano de um gerente, acima da política e que governa o Estado de forma equidistante.

Eu duvido que, em algum momento da história, eles [prefeitos] foram tratados com a dignidade que o nosso governo os tratou, da forma mais republicana. Era tão republicano o tratamento, que o PT ficava com raiva do tratamento que a gente dava aos outros partidos políticos. Muitas vezes, eu era acusado de que gostava mais dos outros do que dos companheiros do PT. (Discurso 31 de dezembro de 2010)

A ideia de fortalecimento do Estado Nacional fica evidente também durante os mandatos de Lula, agora atrelada à questão da diminuição da desigualdade. A união destes dois conceitos, o fortalecimento do estado nacional como função da diminuição das desigualdades é a chave de entendimento da narrativa de Lula. Este caminho se dá pelo fortalecimento econômico através do aumento e consolidação do mercado interno fazendo com que o enriquecimento de um grupo não seja visto como ameaça às elites econômicas:

Este país aprendeu a ter orgulho de si próprio, o nosso povo voltou a gostar da bandeira nacional, o nosso povo voltou a cantar o nosso hino nacional, o nosso povo aprendeu a ter autoestima, o nosso povo aprendeu a gostar de coisa boa, de coisa... porque durante muito tempo diziam que pobre só gostava de coisas de segunda classe, pobre só ia à feira para pegar xepa. E não! A gente aprendeu que, se a gente puder, a gente quer comer do bom e do melhor, que vestir do bom e do melhor, quer morar do bom e do melhor. (Discurso 31 de dezembro de 2010)

³⁸ Discurso de 31 de dezembro de 2010. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/31-12-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-solenidade-de-despedida-com-servidores-do-governo-e-do-palacio-do-planalto/view>. Acesso em setembro de 2016.



Conclusão

Não é apenas na bandeira brasileira que o lema positivista “ordem e progresso” está estampado. A cristalização do ideal comtiano de Estado é característica da burocracia nacional brasileira assim como das elites decisórias no Brasil. Estes poderosos grupos agem de forma a constringer os líderes do executivo, estabelecendo *ex-ante* o “interesse nacional” e deixando pouca margem para que o chefe do executivo venha a fazer mudanças. Mudanças que lhe deveriam ser permitidas por decorrência da democracia.

O interesse nacional no Brasil, entretanto, se organiza em cima de três entendimentos principais: (1) na ideia do progresso material do país sendo baseado na industrialização, fortalecendo-se o país; (2) na noção de que o Estado é um gerente apolítico cujo objetivo é evitar as divergências sociais e manter a ordem e (3) que tanto o poder econômico quanto o político devem permanecer nas mãos de uma elite capacitada intelectualmente e com condições de tomar as decisões que sejam melhores ao país e ao povo. Todos os três vetores do “interesse nacional” são oriundos diretamente das teorias de Auguste Comte. Foram de Comte as ideias iniciais usadas para a constituição do Estado brasileiro durante a República e as mesmas ideias básicas voltaram com o período Vargas e posteriormente com o regime militar.

Desde Weber já se demonstra sobejamente o papel das burocracias dentro da concepção de Estado na contemporaneidade. As próprias instituições constroem seus condicionantes, suas visões de mundo e lutam ativamente por manter as bases nas quais foram criadas. O que interessa dizer aqui é que este tipo de constringimento institucional, estabelecido pela ação consciente ou inconsciente das burocracias e elites políticas acomete presidentes de qualquer matiz ideológica. De Getúlio, João Goulart e JK, até Castelo Branco, Collor de Mello e Fernando Henrique. De fato, quaisquer dos três eixos da noção comtiana que seja transpassada gera um movimento imediato de repulsa que resulta em oposição do legislativo, perseguições institucionais ou, de forma mais radical, golpes de Estado.

No plano internacional, contudo, o resultado desta constatação pode ser descrito como uma aversão do país a submeter-se aos espaços de governança global por compreender que governança internacional é o tolhimento do “interesse nacional”, ainda que dentro de uma restrição de espaço de ação. Não é difícil ver a oposição que Fernando Henrique sofreu quanto aceitou o TNP ou



mesmo a forma como o Brasil aderiu aos espaços de governança climática durante o governo Lula. As decisões do executivo tiveram que ser impostas por sobre o entendimento das burocracias e mesmo dos grupos políticos. O “interesse nacional” defendia a manutenção dos espaços de independência do Estado brasileiro ainda que advogasse a importância de adesão a algumas medidas estabelecidas pelos regimes de governança, mas tudo deveria ser analisado caso a caso.

Enquanto a sociedade brasileira não construir sua base de Estado de forma participativa e não apenas representativa as burocracias e instituições continuarão a se constituir em constrangimentos para o executivo. O que chama a atenção não é a existência de restrições aos poderes de Estado, que são, na maioria das vezes, impossíveis de serem evitados e até mesmo desejados em sua forma de atuação. O que chama a atenção é que estas restrições sejam feitas por meio não democrático, como é o caso do “interesse nacional” comtiano. Mesmo a academia, que deveria ser um espaço de crítica, desconstrução e reconstrução assumiu a ideia de “interesse nacional” de forma a-histórica (pois imutável no tempo) e a-crítica (pois a tomou como dada). Quando o termo aparece em trabalhos acadêmicos, vem com o sentido comtiano estabelecido, assumido e não problematizado.

Num mundo de constantes críticas à industrialização como modelo de desenvolvimento, de uma integração e comunicação internacional em níveis singulares é constrangedor perceber que o século XIX, em talvez algumas de suas mais criticadas ideias, faça parte ativa do processo decisório do século XXI no Brasil. No fundo, sequer a democracia do século XX, como valor interno às sociedades (e não apenas um rótulo eleitoral) foi assumido em nosso país. O “interesse nacional” está acima das urnas, acima da participação e constrange ativamente estas duas. As ideias de todos os espectros políticos sofrem uma refração em direção positivismo do século XIX no Brasil. Os liberais não são liberais assim como os governos mais à esquerda também perdem, em grande parte, seu viés igualitarista e transformador. Ficamos com simulacros ideológicos e todos os problemas de ação política com ideias distorcidas. A política, interna ou no plano internacional, é vista como algo depreciativo e a divergência como algo contraproducente. Precisamos abraçar definitivamente a democracia participativa do século XX, ao menos.

A democracia no Brasil se restringe quase que exclusivamente ao processo de escolha dos líderes políticos. Uma democracia participativa efetiva é impensada no Brasil cujas burocracias e elites



políticas mantém a preconceituosa percepção de que o povo não tem condições de decidir. Condições estas Positivamente delimitadas.

Referências

- ALLISON, G. Conceptual models and the Cuban Missile Crisis. **The American Political Review**, v. 63, n. 3, p. 689-718, setembro 1969.
- ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**: Reflexiones sobre la origem y la difusión del nacionalismo. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- ARAÚJO, J. P. D. **O Brasil de Lula e de FHC**: um roteiro comparativo para a disputa política-eleitoral publicitária de 2010. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.
- BOCK, K. Teorias do Progresso, desenvolvimento e evolução. In: BOTTOMORE, T.; NISBET, R. **História da Análise Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 65-117.
- BONAVIDES, P.; AMARAL, R. **Textos Políticos da História do Brasil**. Brasília: Senado Federal, v. III, 2002.
- BULL, H. **The Anarchical Society**: A study of order in world politics. Londres: Macmillan, 1977.
- CARVALHO, J. M. D. **Os bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3a. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- CARVALHO, J. M. D. **Cidadania no Brasil**: O longo caminho. 3a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CARVALHO, J. M. D. **A construção da Ordem**: Teatro de Sombras. Rio de Janeiro: Civilização, 2008.
- CERVO, A.; BUENO, C. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: UNB, 2008.
- CHECKEL, J. Constructivism and foreign policy. In: SMITH, S.; HADFIELD, A.; DUNNE, T. **Foreign Policy: Theories, Actors, Cases**. New York: Oxford, 2008. p. 71-81.
- COMTE, A. **Comte - Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- D'ARAUJO, M. C. **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011.
- FAORO, R. **Os donos do poder**: Formação do patronato político brasileiro. 3a. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.
- FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2002.
- HOBBSBAWM, E. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- IKENBERRY, J. Strategic Restraint and the persistence of American Postwar Order. **International Security**, v. 23, p. 43-78, Winter 1998-1999. ISSN 3.
- IKENBERRY, J. **After the Victory**: Institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars. Princeton: Princeton University Press, 2001.



JANCSÓ, I. **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, 2003.

KEOHANE, R.; MARTIN, L. The promise of institutionalist Theory. **International Security**, v. 20, n. 1, p. 39-51, Summer 1995.

LACERDA, G. B. D. Elementos estáticos da teoria política de Augusto Comte: As pátrias e o poder temporal. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 23, p. 63-78, novembro 2004.

LIMONGI, F. A democracia no Brasil: Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 76, p. 17-41, Novembro 2006.

MAIA, J. N. B.; SARAIVA, J. F. S. A paradiplomacia financeira no Brasil da República Velha, 1890-1930. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 55 n 1, p. 106-134, 2012.

MEARSHEIMER, J. A realist replay. **International Security**, v. 20 n. 1, p. 82-93, summer 1995.

MILLS, C. W. **A Elite do Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MIYAMOTO, S.; GONÇALVES, W. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6 n. 12, p. 211-246, 1993.

MORAES, F. Executivo e Legislativo no Brasil pós-constituente. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15 n 4, p. 45-52, Dezembro 2001.

PESAVENTO, S. J. **O Brasil Contemporâneo**. 2a. ed. Porto Alegre: Editora da universidade, 1994.

PESAVENTO, S. J. O Velho/Novo Positivismo. In: GRAEBIN, C. M. G.; LEAL, E. **Revisitando o Positivismo**. Canoas: La Salle, 1998. p. 59-65.

PINHEIRO, L. **Política Externa Brasileira: Descobrimdo o Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

PINHEIRO, L.; MILANI, C. (Eds.). **Política externa brasileira: a política das práticas e as práticas da política**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Primeiros Desafios: Discursos do Presidente João Figueiredo**. Brasília: SECOM, 1980.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Discursos selecionaods do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Discursos selecionados do Presidente Fernando Henrique Cardoso**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Discursos selecionados do presidente João Goulart**. Brasília: FUNAG, 2009.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Discursos selecionados do Presidente Juscelino Kubistchek**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Discursos selecionaods do presidente Jânio Quadros**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.



SARAIVA, J. F. S. Revisitando a Escola Inglesa. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 49 n 1, p. 131-138, 2006.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 14a. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

VIZENTINI, P. G. F. **A Política Externa do Regime Militar**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

WEBER, M. **Ciência e Política, duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1967.

WHITE, H. **La Imaginación histórica en la Europa del siglo XIX**. Cidade do México: Fondo de Cultura Econômica, 1992.

ZULINI, J. P. Facciosismo, Rachas intrapartidário e capacidade decisória na democracia brasileira de 1946. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 58 n. 4, p. 1017-1056, 2015.